

RESENHA

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO: ENTRE A RETÓRICA E A PROVA.

The construction of the historical speech: between the rhetoric and the proof

Diogo da Silva Roiz

GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 192p.

Qual a função da retórica no discurso histórico? O historiador pode provar alguma coisa, já que diferente de outros tipos de ciência, a História não permitiria o mesmo tipo de validação, de experimentação, e, portanto, de confirmação? Não seria mais adequada a constatação, segundo a qual o que os historiadores fazem é evidenciar os indícios do passado, e a partir disso elaborarem o seu testemunho, na forma de uma narrativa?

Embora a verificação do que foram e de como agiram e pensaram os homens e as sociedades do passado não seja uma tarefa nenhum pouco fácil de ser executada, em função, primeiramente, de seu objeto ser totalmente abstrato, inviabilizando qualquer validação, ou experimentação, laboratorial, o historiador italiano (hoje mundialmente conhecido) Carlo Ginzburg acredita que: “no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica e (...) que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga” (GINZBURG, 2002, p. 13).

Mesmo levando em consideração essa questão, o historiador (marxista) inglês Perry Anderson (também hoje mundialmente conhecido), apontou-lhe que talvez fosse mais promissor o uso do termo evidência (testemunho), no lugar de prova, em resenha a edição inglesa de seu livro, originalmente publicado em 1999, na cidade de Londres. Ao traduzi-lo para o italiano no ano seguinte, acrescentando-lhe um quinto ensaio, Carlo Ginzburg respondeu a indagação de Perry Anderson, dizendo que as circunstâncias históricas são muito mais complexas do que se imagina normalmente, o que implicaria que se rastreada adequadamente a origem filológica da palavra prova, e seus desdobramentos lingüísticos no tempo e em diferentes idiomas, pode-se notar que a ‘ruptura epistemológica’ (para aqui usarmos um termo caro a L. Althusser) que houve entre história e prova, em proveito de uma “contigüidade largamente aceita entre história e retórica”, que acabou empurrando “para as margens a existente entre história e prova” (*Idem*, p. 13), observaremos que não será nenhuma pretensão do historiador o uso do termo prova, em lugar de testemunho. Por outro lado, o apontamento de Anderson, segundo argumenta o autor, deve-se ao fato de que:

As teses cépticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica circulam já há alguns decênios, ainda que as suas raízes sejam, como se verá, mais antigas. Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem [e esse não é o caso de Perry

Anderson] pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores. Mas estes, também, depois de fazerem uma homenagem convencional à tendência lingüística ou retórica em voga, se mostram bem pouco inclinados a refletir sobre as implicações teóricas da sua profissão. Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios. Parece-me que o único modo de superá-la é tomar a sério o desafio céptico, procurando expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo. A solução que proponho transfere para o âmbito da pesquisa as tensões entre narração e documentação. Mas não é meu intuito pôr de acordo teóricos e historiadores e, provavelmente, descontentarei a todos (Idem, p. 13-4).

Para o autor, o primeiro passo para se apontar à origem das teses cépticas é a de constatar a convivência e as relações entre as culturas, que acabaram elaborando posturas teóricas, com desdobramentos políticos, que resultaram numa “idéia de retórica não apenas estranha mas também contraposta à prova”. E essa idéia para o autor remontaria a Friedrich Nietzsche (que viveu entre 1844 e 1900). Um dos pontos altos, logo no início, do livro (distribuído em cinco capítulos) foi a de passar em revisão a gênese das idéias de Nietzsche. Detendo-se, de modo particular, no seu texto *Acerca da verdade e da mentira*, o autor esclarece as influências que este recebeu de Gustav Gerber, em seu livro *A linguagem como arte* de 1871, e de Martinho Lutero, com a sua tradução da bíblia para o alemão – apenas para ficarmos aqui nos principais. Para Ginzburg, “a existência de diversas línguas é citada como prova do abismo que separa palavras e coisas: a linguagem não pode dar uma imagem adequada da realidade. A observação de Gerber vinha inserida numa argumentação destinada a demonstrar a fragilidade da chamada ciência” (*Idem*, p. 28). Por outro lado, em sua leitura da Bíblia de Lutero, alguns dos temas discutidos no *Novo Testamento* “foram recuperados e desviados por Nietzsche para uma direção radicalmente céptica. Se tudo na linguagem é tropo, se a própria gramática não passa de um produto das figuras do discurso, as pretensões de conhecer o mundo por meio do idioma são disparatadas” (*Idem*, p. 31).

Provavelmente, Nietzsche jamais imaginaria a maneira como sua obra seria lida e apropriada no século XX, mesmo se considerarmos que muitos estudiosos observaram retrospectivamente, que ele foi um dos precursores da ‘virada lingüística’ dos anos de 1960, quando iniciou, e depois coexistiu com esse processo, o relativismo da corrente (dita) pós-moderna. Isso muitas vezes ocorre porque as formas como a herança intelectual da obra de um autor é recebida, dificilmente são adequadamente avaliadas, muito menos previstas, quando ainda se encontra em processo de elaboração e produção pelo autor. Desse modo, analisar como Nietzsche foi lido e interpretado no século XX foi o passo seguinte, dando continuidade a sua interpretação. De acordo com sua exposição, a forma com que Nietzsche e sua obra foram apropriadas deu base às teses cépticas, a exemplo das idéias que vão de Paul de Man a Jacques Derrida. Constata que o “limite do relativismo (...) é o de escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor, suprimindo conforme o caso um ou outro dos dois termos” (*Idem*, p. 38). A partir desta observação, o autor elaborou a justificativa para a sua proposta investigativa da seguinte maneira:

Uma dessas premissas é a incompatibilidade entre retórica e prova ou (o que é o mesmo) a tácita aceitação daquela interpretação não referencial da retórica que, como já se viu, remonta a Nietzsche. Sustento, pelo contrário, como já mencionei, que uma reflexão sobre: história, retórica e prova deve recomençar do texto que Nietzsche, depois de traduzir e estudar para as suas próprias aulas de Basileia, acabou por colocar de lado: a Retórica de Aristóteles. O fio que liga os temas, aparentemente heterogêneos, destas conferências parte daí (Idem, p. 39-40).

Portanto, a tese que o autor procura elaborar neste livro é, em poucas palavras, demonstrar, com base nos principais argumentos cépticos sobre a inviabilidade das provas para o discurso histórico, e, por extensão, a sua inevitável oposição à retórica são, de fato, insustentáveis. Na verdade, como procurará indicar, o sucesso alcançado pela interpretação céptica (dita também pós-moderna) se deve não apenas a certeza da afirmação da impossibilidade de o historiador poder provar qualquer coisa (sobre os homens e as sociedades do passado), mas também, e principalmente, ao esquecimento, atingido na contemporaneidade, quanto a prova ser parte integrante da retórica, no processo de elaboração da escrita da história, desde a Antiguidade Clássica, e cujo ápice, naquele período, foi justamente a obra de Aristóteles – e, neste caso, o autor se refere à *Retórica*, e não a *Poética*, cujo texto é normalmente citado pelos cépticos.

O que fez com que houvesse esse esquecimento? Quando e porque ele aconteceu? Os dois questionamentos postos formam o passo seguinte da demonstração da tese do autor, cuja comprovação efetuada na sua investigação, mais que uma bela lição no campo dos estudos históricos para o ofício de historiador, prova à implicação das teses cépticas, para o exercício adequado da profissão. Para efetuar tal exposição declara que a “caracterização da trajetória que nos liga a Maurini, [Lorenzo] Valla, Quintiliano e Aristóteles tem implicações não apenas historiográficas” porque a “retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada, longe do etnocentrismo inocente” (*Idem*, p. 40-1). E continua:

Quando Valla observa que, na pretensa doação de Constantino, a palavra diadema designa uma ‘coroa’ e não, como no latim clássico, uma ‘pala’, ele transforma a observação de Aristóteles sobre a obviedade cotidiana oculta – a coroa como prêmio das Olimpíadas – num instrumento de pesquisa. O uso inteligente do contexto faz emergir o anacronismo, escrito com tinta invisível (Idem, p. 41).

Com base nesses apontamentos sobre a interpretação de Aristóteles entre prova e retórica, e a forma como Valla a apropriou para demonstrar que o documento, que se creditava a Constantino, no qual efetuava a doação de um terço das terras do Império Romano à Igreja era falso, este avança sua argumentação dizendo que:

[...] tentei captar o eco dos indígenas das ilhas Marianas no interior da fictícia oração pronunciada por aquele que, de acordo com o jesuíta Le Gobien, os teria incitado à revolta.

Também neste caso a retórica – uma retórica baseada na prova – foi (ao mesmo tempo) o objeto e o instrumento da pesquisa. Eu não queria detectar uma falsificação, mas sim mostrar que (...) o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar (Idem, p. 41-2).

Por outro lado, justifica que:

A inclusão de um grande romancista como Flaubert numa argumentação sobre história, retórica e prova parece dar razão à tese céptica corrente, segundo a qual as narrativas de ficção seriam equiparáveis às narrativas históricas. O meu objetivo é exatamente o oposto: é vencer os cépticos no seu próprio terreno, revelando, por meio de um exemplo extremo, as implicações cognitivas das escolhas narrativas (incluindo as da narrativa de ficção). Contra a idéia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final [tese amplamente defendida por Hayden White], para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades (Idem, p. 44).

Nesse sentido, esclarece que:

A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acredita[ra]m os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção (...) não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível (Idem, p. 44-5).

Mas até aqui, abordou-se apenas como o autor elaborou a sua tese. Devemos nos voltar a partir de agora, em como ocorreu o distanciamento entre prova e retórica, parte integrante de sua demonstração. Para ele:

A redução da historiografia à retórica é, há três décadas, o cavalo de batalha de uma extensa polémica antipositivista com implicações mais ou menos abertamente cépticas. Embora remontando, em substância, a Nietzsche, esta tese circula hoje basicamente sob os nomes de Roland Barthes e Hayden White. Ainda que não totalmente coincidentes, os seus respectivos pontos de vista são associados pelos seguintes pressupostos, formulados de maneira ora mais ora menos explícita: a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (Idem, p. 47-8).

De acordo com essa argumentação, ao se questionar a que tipo de retórica estes autores se referem, ocupa-se em destacar que em nada ela se refere à retórica pensada e praticada por Aristóteles. Para ele o texto em que “Aristóteles tratou mais amplamente da historiografia (ou, pelo menos, do seu núcleo fundamental), no sentido que nos é familiar, não é a *Poética*, mas sim a *Retórica*” (*Idem*, p. 47). Para ele, Aristóteles indicaria neste texto, de forma consistente, como prova e retórica estão intimamente relacionadas quando se apresentam sob a forma de uma narrativa histórica, ou jurídica, e essa assertiva corresponderia, pelo menos, ao núcleo fundamental do que entendemos por historiografia. E, nesse caso, a “redução, hoje em voga, da história à retórica não pode ser repelida sustentando-se que a relação entre uma e outra sempre foi fraca e pouco relevante (...) [e] essa redução pode e deve ser rechaçada pela reavaliação da riqueza intelectual da tradição que remonta a Aristóteles e à sua tese central: as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental” (*Idem*, p. 63). No entanto, a “visão da retórica como técnica de convencimento emotivo na qual o exame das provas tem um lugar marginal prevaleceu graças à imensa autoridade de Cícero” (*Idem*, p. 75). Nesse sentido, graças à posição anticiceroniana de Lorenzo Valla, e a sua admiração por Quintiliano, que este “redescobriu o núcleo fundamental da *Retórica* de Aristóteles”. Quer dizer, a ‘viragem lingüística’ da década de 1960, com a qual o autor a atribui mais como uma ‘viragem retórica’, além de contrapor retórica e prova, enfatizando-a como uma dimensão da historiografia positivista, sob variados aspectos sua genealogia perpassaria pelas obras de Cícero, Nietzsche, até as de Roland Barthes e Hayden White. E culminando num afastamento, e oposição direta, a tradição que observa as implicações da relação entre retórica e prova, sobre o núcleo central da historiografia, e que remontaria a Aristóteles, Quintiliano e Lorenzo Valla, aos antiquários dos séculos XVII e XVIII, redescobertos no século XX por autores como Arnaldo Momigliano. Que foi, já nas décadas de 1960 e 70, um dos grandes críticos daquelas teses cépticas. Desse modo, é possível perceber como Carlo Ginzburg constrói sua crítica as teses cépticas, ao mesmo tempo em que mostra sua posição nesta querela, indicando a herança intelectual a que faz parte, logo ao dedicar o livro a Arnaldo Momigliano [e a Ítalo Calvino]. Por isso, não é por acaso que o autor chegue a seguinte conclusão:

A postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográficas me parece simplista porque examina, normalmente, só o produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas etc.) que o tornaram possível. Devemos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, no interior do processo de pesquisa, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Há muitos anos, Lucien Febvre observou que as fontes históricas não falam sozinhas, mas só se interrogadas de maneira apropriada. Hoje isso nos parece óbvio. Menos óbvia é a observação de que as perguntas do historiador são colocadas sempre, direta ou indiretamente, em formas (destaco o plural) narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, freqüentemente, são modificados ou até descartadas no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas a instâncias

mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente, narrados (Idem, p. 114).

Naturalmente, que pelo que até aqui foi dito, muitos poderão acusar Carlo Ginzburg de ser um (mero) atualizador dos antiquários dos séculos XVII e XVIII. Que seu método expositivo é impreciso, às vezes exagerado, ao apontar continuidades e descontinuidades milenares entre diferentes posturas teóricas, ou entre certos costumes, formas de agir e pensar, dos homens e das mulheres de outrora. No entanto, a questão é muito mais complexa do que esta simples verificação (ainda que, em certo sentido, não seja errada). Deve-se, desde já, valorizar, pelo menos, a sua preocupação e a sua demonstração do papel exercido pelo historiador, tanto no passado quanto no presente, na construção do conhecimento histórico – que é fundamental para qualquer sociedade. Evidentemente (e como qualquer intelectual engajado e apaixonado pelo que faz), pode-se observar que ao fazer isso (assim como praticou em seu ensaio, hoje clássico, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*), novamente justificou, ainda que de forma muito erudita, o quanto suas posições políticas e intelectuais são coerentes e historicamente verificáveis. Porque “ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso a documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si” (*Idem*, p. 43). Afinal, qual ‘o pecado mortal’, de mesmo o conhecimento histórico ser possível? Para os cépticos, segundo o autor apontou, o incômodo (não apenas político e cultural) de visualizar que os países ditos mais ‘civilizados’ e ‘desenvolvidos’ acabaram cometendo os maiores atos de ‘barbárie’: como o holocausto, ou o extermínio de civilizações inteiras, ditas ‘primitivas’, na África e na(s) América(s). Por isso mesmo, “‘escovar a história ao contrário’ [até mesmo a produzida pela maré pós-moderna] como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas” (*Idem*, p. 43), e que, muitas vezes, podem implicar na (re)descoberta de uma verdade (ou de verdades históricas), até inesperada, que é a de que por trás de toda narrativa, principalmente a histórica, houve uma ‘realidade’ extratextual que lhe deu base e a tornou possível.

Recebido em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009